

## PARECER CONCLUSIVO

### I - Identificação

Processo Adm.: 7112/2023	órgão concedente: MUNICÍPIO DE SALTO
Termo de Fomento: 251/2023	
Exercício: 2023	Período: 18/07/2023 a 31/12/2023
Entidade: ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA SALTO	
Rua Lafafete Brasil de Almeida, 19 B. Marechal Rondon Salto SP	
Atestamos o regular funcionamento da Organização	
CNPJ: 05.611.472/0001-02	
Finalidade Estatutária: Serviço de Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	

### Objeto:

Repasse através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com base no Edital 001/2022 com Projeto analisado e aprovado por comissão específica sempre buscando através destes Projetos a Proteção e a Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Município. Projeto "O mundo ao meu redor" auxiliando pagamento de recursos humanos, materiais de consumo e custeio para a execução das oficinas.

### II- Valor Total previsto: R\$ 70.000,00

natureza da despesa	valor empenhado	valor efetivamente transferido	nº documento Ordem de pagamento	saldo do empenho
335039	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	7244/2023	
			saldo final	-

rendimentos	valores efetivamente
R\$ 2.257,68	R\$ 72.257,68

### III-IV DATA DA PRESTAÇÃO / SANÇÕES/GLOSAS

DATA PRESTAÇÃO	SANÇÕES / POSSÍVEIS GLOSAS
17/01/2024	não houve aplicação de sanções e glosas

### V - devolução/ sanções e utilização em exercício subsequente;

A organização não incorreu em sanções pela falta de prestação de contas ou devio de finalidades e ou apresentou vícios insanáveis, e não houve devolução de recursos não aplicados. Mas tratando de prestação de contas parcial foi utilizado neste exercício R\$ 49.416,40, ficando aplicado para o exercício seguinte R\$ 23.175,92.

### VI - compatibilização ( redação conforme Resolução nº 03/2017)

Declaramos a compatibilização e a adequação das despesas às normas vigentes, nos artigos XV e XVI da Lei de Responsabilidade Fiscal da Organização Associação Casa da Criança de Salto, referente ao repasse do Termo de Fomento 251/2023.

### VII - cumprimento das cláusulas pactuadas;

A organização cumpriu parcialmente as cláusulas pactuadas no Plano de Trabalho readequado, tendo cumprido suas propostas de trabalho em consonância com as finalidades registradas na SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA, órgão fiscalizador das organizações no município.

### VIII - regularidade dos gastos;

Atestamos que a Organização atendeu integralmente ao Plano de Trabalho uma vez que o projeto terá continuidade no exercício 2024 e ao Termo de Fomento 251/2023 e também aos itens exigidos na Instrução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os acompanhamentos realizados durante o exercício em referência foi objeto de ações aos cumprimentos das mesmas.

**IX- da guarda dos documentos originais;**

Constatou-se que as cópias dos documentos das despesas correspondem aos originais e contém a identificação da Organização beneficiária, do tipo de repasse, bem como o número, órgão, entidade repassador (a) a que se refere. Os mesmos deverão permanecer guardados na entidade pelo prazo de 10 anos, conforme a declaração apresentada na prestação de contas anual, devidamente assinada pelo representante oficial.

**X- da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas**

A organização apresentou as certidões negativas de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), CND Federal e de Tributos Municipais.

**XI - princípios de legalidade**

Constatou-se que a Organização atendeu aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade, Motivação e Interesse Público.

**XII - do controle interno**

Tratam os autos da liquidação dos recursos referente ao EMPENHO 5064 /2023 VALOR GLOBAL 70.000,00 repassados por meio do Termo de Fomento 251/2023 na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme artigo 42, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações. Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe, e com base no relatório de execução do objeto apresentado pela Organização, no Relatório da Comissão de Análise e Aprovação CMDCA (que monitorou e avaliou o cumprimento das metas), na homologação pela Comissão de Avaliação e Monitoramento e no parecer do(a) secretário(a), constatou-se que estão presentes todos os elementos e formalidades exigidas pela Lei Federal nº 13.019/2014. Segundo o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, o órgão concedente através de servidor designado, o(a) Gestor(a) do Termo e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, por meio da emissão de relatório, parecer e Termo de Homologação, respectivamente, manifestaram-se pela possibilidade de aprovação do relatório apresentado pela entidade ou da prestação de contas. Assim, considerando que tanto o gestor do Termo, como a Comissão de monitoramento e Avaliação manifestaram pela aprovação do relatório de cumprimento do objeto e da prestação de contas, entende-se como suficiente para a entidade alcançar as metas previstas no Plano de Trabalho. Relativamente à aplicação financeira, verifica-se que os recursos foram regularmente utilizados, em conformidade com o Plano de Trabalho. Sendo estas as considerações, manifestamos a concordância da conclusão exarada pela unidade concedente, e consideramos a presente prestação de contas tanto do cumprimento do objeto como a financeira, como sendo regular. E por fim, submeta-se os autos aos procedimentos de baixa contábil. Controlador(a) Geral do Município: Vivian Lopes Jorand - CPF: 284.202.978-01

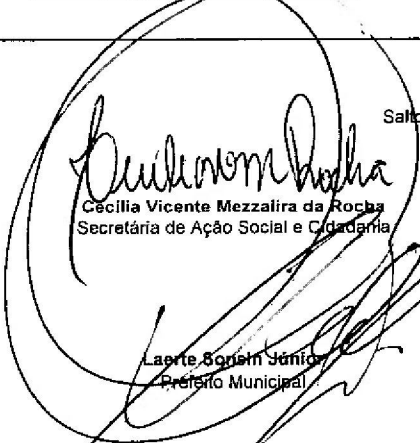
**XIII - da fiscalização**

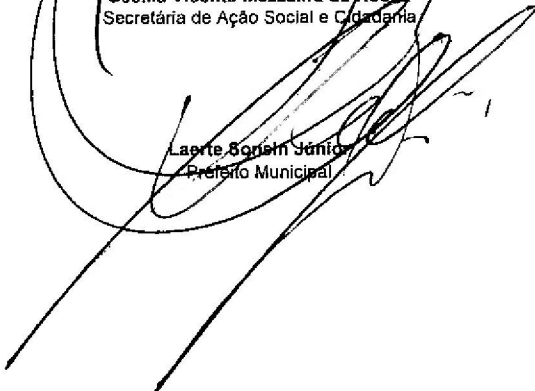
Houve fiscalização documental efetuada pela comissão específica de avaliação e monitoramento, com parecer apresentado na prestação de contas anual. Houve acompanhamento também por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**XIV- do parecer final**

Após conferência e análise da prestação de contas apresentadas pela Organização, conclui-se a correta aplicação dos recursos repassados na forma de Termo de Fomento 251/2023 para a Organização, atendendo aos preceitos contidos na Instrução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo aprovada pelo Gestor Municipal.

Salto, 13 de junho de 2024

  
Cécilia Vicente Mezzalana  
Secretária de Ação Social e Cidadania

  
Laerte Scipini Júnior  
Prefeito Municipal